



**Demonstrações Contábeis preparadas de
Acordo com Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil - Para fins específicos**

**Conglomerado Prudencial do Banco
Original S.A**

30 de Junho de 2015

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações Contábeis	
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis	10
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Combinação	10
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 5 . Disponibilidades	13
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	13
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	17
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	17
Nota 10 . Outros Créditos	19
Nota 11 . Outros Valores e Bens	21
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	22
Nota 13 . Imobilizado de Uso	22
Nota 14 . Intangível	22
Nota 15 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	22
Nota 16 . Obrigações por Empréstimos	23
Nota 17 . Outras Obrigações	24
Nota 18 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	24
Nota 19 . Patrimônio Líquido	25
Nota 20 . Limites Operacionais	26
Nota 21 . Partes Relacionadas	26
Nota 22 . Receitas de Prestação de Serviços	27
Nota 23 . Despesas de Pessoal	27
Nota 24 . Outras Despesas Administrativas	28
Nota 25 . Despesas Tributárias	28
Nota 26 . Outras Receitas Operacionais	28
Nota 27 . Outras Despesas Operacionais	28
Nota 28 . Resultado não Operacional	28
Nota 29 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	29
Nota 30 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	29
Nota 31 . Outras Informações	30

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, elaboradas de acordo com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 2013 a instituição passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, a instituição encontra-se bem posicionada para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento. Este esforço apresentou resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas convertidas em clientes.

Em 2015, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado neste importante nicho do mercado brasileiro.

● Projeto Digital

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento.

A partir desses princípios, iniciamos, em 2013, e de forma mais acelerada no final de 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para a construção de um banco digital completo, que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global. O lançamento está previsto para o segundo semestre de 2015.

Para tanto, a instituição apresentou em 28/07/2014 referente ao ano base 2013 as informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) relacionadas às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei n.º 11.196 de 2005 (Lei do Bem).

Em 11/06/2015 o MCTI comunicou ao Conglomerado que as exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas, o que o habilita a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei. O benefício de imposto de renda e contribuição social gerado pela instituição foi de R\$ 771.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de Junho de 2015, a instituição apresentou lucro no semestre de R\$ 55.674, contra um lucro de R\$ 24.161 apresentado no primeiro semestre de 2014.

Este crescimento expressivo no resultado é decorrente da expansão dos negócios corporate e agronegócio, através da ampliação da oferta de produtos e serviços consolidando a fidelização de nossos clientes.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 5.676.142 (30/06/2014 - R\$ 3.242.304) e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Aplicações Interfinanceiras	541.518	708.780
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.406.009	609.836
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	3.081.489	1.627.480

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, a carteira de crédito e carteira com característica de operação de crédito, ao término do semestre atingiram R\$ 3.081.489; o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 110.582, correspondente a 3,59 % da carteira total; em junho de 2014 correspondiam a R\$ 1.627.480 e R\$ 70.139, respectivamente.

O crescimento de 89% da carteira de operações de crédito, decorre da expansão dos segmentos corporate e agronegócio e da aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos, que, por serem de menor risco, geram menor margem financeira, e resultam em menores despesas com provisão de crédito.

Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, em função do expressivo crescimento da carteira de crédito, a Administração, de forma conservadora, optou por antecipar a possível piora do cenário econômico brasileiro realizando um aumento para as provisões de crédito.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.138.391 (30/06/2014 - R\$ 2.060.504), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Capital Social	2.207.465	2.184.314
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(8.612)	3
Reservas de Lucros	1.736	2.425
Prejuízos Acumulados	(62.199)	(126.238)

● Expansão dos Negócios

Em 2014 o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou as seguintes expansões para o Conglomerado:

- Operar com a carteira de investimentos e/ou desenvolvimento;
- Abertura de agência no exterior;
- Aquisição de investimento na Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.;
- Aquisição de investimento na Original Asset Management Ltda.

● **Agência de Rating**

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR – moeda local e estrangeira)	
Moody's ⁽¹⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽¹⁾	brA-3	brBBB	-	-
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB+	B	B+

⁽¹⁾ Junho/2015

● **Governança Corporativa**

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN, relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2015, foram abertas 34 demandas (30/06/2014 - 60), sendo 33 relativas a Consignados e 1 referente a cliente do Agronegócio; as demandas foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

● **Pessoas**

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 26 de agosto de 2015.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de propósito específico

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco elaborou demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 29 de julho de 2015.

São Paulo, 26 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Ativo Circulante		4.244.032	2.331.995
Disponibilidades	5	21.503	10.271
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	536.954	704.698
Aplicações no Mercado Aberto		534.942	699.411
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.012	5.287
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.247.703	322.191
Carteira Própria		667.904	43.369
Vinculados a Compromissos de Recompra		247.965	-
Vinculados à Prestação de Garantias		190.381	274.460
Instrumentos Financeiros Derivativos		141.453	4.362
Relações Interfinanceiras	8	1.034	3.353
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		33	1.213
Créditos Vinculados:		710	383
Depósitos no Banco Central		710	383
Correspondentes		291	1.757
Relações Interdependências	15.d	1.210	-
Transferências Internas de Recursos		1.210	-
Operações de Crédito	9	1.787.288	1.104.139
Setor Privado		1.858.479	1.161.322
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(71.191)	(57.183)
Outros Créditos		638.318	180.466
Carteira de Câmbio	10.a	91.041	72.622
Rendas a Receber		749	442
Negociação e Intermediação de Valores		6.184	2.518
Créditos Tributários	10.b.1	52.696	32.549
Direitos Creditórios	10.d	462.347	42.552
Diversos	10.d	29.716	30.865
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(4.415)	(1.082)
Outros Valores e Bens		10.022	6.877
Despesas Antecipadas	11	10.022	6.877
Ativo Realizável a Longo Prazo		997.216	834.789
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	4.564	4.082
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.564	4.082
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	158.306	287.644
Carteira Própria		157.305	65.855
Vinculados à Prestação de Garantias		-	221.789
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.001	-
Operações de Crédito	9	635.294	338.097
Setor Privado		670.270	349.971
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(34.976)	(11.874)
Outros Créditos		143.585	146.338
Créditos Tributários	10.b.1	143.585	146.338
Outros Valores e Bens	11	55.467	58.628
Outros Valores e Bens		74.366	74.116
(Provisão para Desvalorização)		(18.899)	(15.488)
Permanente		434.894	75.520
Investimentos		54.394	1.134
Participações em Coligadas e Controladas:		53.929	530
No País	12	53.929	530
Títulos Patrimoniais		-	401
Outros Investimentos		465	203
Imobilizado de Uso	13	83.319	21.745
Imóveis de Uso		6.932	4.168
Outras Imobilizações de Uso		90.398	29.315
(Depreciações Acumuladas)		(14.011)	(11.738)
Ativos Intangíveis	14	297.181	52.641
Ativos Intangíveis		297.181	52.641
Total do Ativo		5.676.142	3.242.304

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Passivo Circulante		2.918.685	766.233
Depósitos	15.a	777.959	190.688
Depósitos à Vista		35.117	28.516
Depósitos Interfinanceiros		48.931	-
Depósitos a Prazo		693.911	162.172
Captações no Mercado Aberto	15.b	234.901	9.500
Carteira Própria		234.901	-
Carteira de Terceiros		-	9.500
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	1.010.769	395.474
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.010.769	395.474
Relações Interfinanceiras		615	72
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		615	72
Relações Interdependências		1.711	6.174
Recursos em Trânsito de Terceiros		737	6.174
Transferências Internas de Recursos		974	-
Obrigações por Empréstimos	16.a	600.519	15.480
Empréstimos no Exterior		600.519	15.480
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	32.725	24.252
Outras Instituições		32.725	24.252
Instrumentos Financeiros Derivativos		10.500	2.066
Instrumentos Financeiros Derivativos		10.500	2.066
Outras Obrigações		248.986	122.527
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		357	-
Carteira de Câmbio	10.a	524	200
Fiscais e Previdenciárias	17.a	61.372	39.842
Negociação e Intermediação de Valores		10.630	2.881
Diversas	17.b	176.103	79.604
Passivo Exigível a Longo Prazo		615.626	413.986
Depósitos	15.a	211.369	324.190
Depósitos a Prazo		211.369	324.190
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	402.019	31.402
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		402.019	31.402
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	2.238	3.993
Outras Instituições		2.238	3.993
Outras Obrigações		-	54.401
Diversas	17.b	-	54.401
Resultados de Exercícios Futuros		3.440	1.581
Rendas Antecipadas		3.440	1.581
Patrimônio Líquido		2.033.507	1.953.700
Capital Social:		2.207.465	2.184.314
De Domiciliados no País	19.a	2.207.465	2.184.314
Reservas de Lucros	19.c.1	1.736	2.425
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	(8.612)	3
Prejuízos Acumulados		(62.198)	(126.238)
Participação de não Controladores		104.884	106.804
Total do Passivo		5.676.142	3.242.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Receitas da Intermediação Financeira		454.308	213.479
Operações de Crédito	9.g	316.995	96.343
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	125.017	50.190
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	1.138	70.267
Resultado de Operações com Câmbio		11.158	(3.321)
Despesas da Intermediação Financeira		(264.484)	(65.617)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(125.295)	(42.825)
Operações de Empréstimos e Repasses		(84.939)	(338)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(54.250)	(22.454)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		189.824	147.862
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(94.098)	(88.432)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	22	18.269	6.143
Despesas de Pessoal	23	(49.172)	(46.560)
Outras Despesas Administrativas	24	(46.080)	(31.306)
Despesas Tributárias	25	(14.234)	(9.531)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	1.144	(178)
Outras Receitas Operacionais	26	3.587	2.831
Outras Despesas Operacionais	27	(7.612)	(9.831)
Resultado Operacional		95.726	59.430
Resultado não Operacional	28	97	(855)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		95.823	58.575
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	(15.702)	(20.309)
Provisão para Imposto de Renda		(9.916)	(11.342)
Provisão para Contribuição Social		(6.131)	(6.154)
Ativo Fiscal Diferido		345	(2.813)
Participações no Lucro		(24.447)	(14.105)
Lucro Líquido do Semestre		55.674	24.161
<i>Controlador</i>		56.079	21.694
<i>Não Controlador</i>		(405)	2.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL DO BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.068.201	12.100	504	(147.934)	1.932.871	103.973	2.036.844
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	(865)	-	(865)	364	(501)
Aumento de Capital		12.100	(12.100)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	21.694	21.694	2.467	24.161
Constituição de Reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		2.080.301	-	(361)	(126.240)	1.953.700	106.804	2.060.504
Mutações do Semestre		12.100	(12.100)	(865)	21.694	20.829	2.831	23.660
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385	105.765	2.083.150
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	43	-	43	(476)	(433)
Aumento de Capital	19.a	23.150	(23.150)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	56.079	56.079	(405)	55.674
Saldos em 30 de Junho de 2015		2.103.451	-	(8.150)	(61.794)	2.033.507	104.884	2.138.391
Mutações do Semestre		23.150	(23.150)	43	56.079	56.122	(881)	55.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		55.674	24.161
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre:		23.118	75.560
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	54.250	22.454
Carteira de crédito		54.117	21.441
Outros Créditos		139	1.083
Cessão de créditos		(6)	(70)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(1.144)	178
Depreciações e Amortizações	24	1.122	1.529
Ajuste a Valor de Mercado		(66.332)	28.911
Tributos Diferidos		(345)	2.813
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	7.612	5.570
Provisão de Participações no Lucro		24.447	14.105
Provisão para Desvalorização BNDU	24	3.508	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre		78.792	99.721
Variações em Ativos e Passivos			
		494.864	15.356
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(255)	162.578
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		6.448	169.417
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(47)	(2.296)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(407.599)	(427.910)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(119.206)	(9.334)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(1.406)	(40.453)
Aumento (Redução) em Depósitos		315.564	45.425
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		217.096	(69.329)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		537.409	192.627
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		9.337	17.872
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(62.477)	(23.866)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros			625
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		573.656	115.077
Atividades de Investimento			
Aumento de Investimentos		(51.634)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(40.182)	(13.935)
Aplicações no Intangível		(149.733)	(44.615)
Alienação de Investimento		-	70.944
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		-	574
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(241.549)	12.968
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(11.020)	(14.450)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(11.020)	(14.450)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		321.087	113.595
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		235.358	596.087
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	556.445	709.682
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		321.087	113.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As Demonstrações contábeis Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de Demonstrações contábeis determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações contábeis

As Demonstrações contábeis do Conglomerado foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações contábeis Prudencial do Banco Original S.A – Conglomerado.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações contábeis Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A., as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as Demonstrações contábeis Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (Conglomerado) compreendem as seguintes entidades:

Banco Original S.A.

Banco Original do Agronegócio S.A.

As Demonstrações contábeis do Conglomerado foram aprovadas em 26 de agosto de 2015.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das Demonstrações contábeis do Conglomerado combinadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Prudencial.

As Demonstrações contábeis do Conglomerado em 30 de junho de 2015 abrangem as Demonstrações contábeis do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação um no outro e são controlados pela J&F Participações Ltda. (J&F).

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as Demonstrações contábeis antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Banco Original S.A		Banco Original do Agronegócio S.A.	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Total do Ativo	5.554.536	2.875.983	194.221	418.482
Total do Passivo	3.521.029	922.282	89.337	311.678
Total do Patrimônio Líquido	2.033.507	1.953.701	104.884	106.804
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do semestre	56.079	21.695	(405)	2.466

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

Em 30 de junho de 2015, o Conglomerado apresentou lucro de R\$ 55.674, contra um lucro de R\$ 24.161, apresentado em 30/06/2014.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.

- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 30 de Junho de 2015 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Conglomerado opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco. Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Títulos Patrimoniais

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

j.2) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.3) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: edificações - 25 anos, instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.4) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até junho de 2015. A expectativa de início da amortização é a partir de 2016.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2015 e 2014 foram realizados testes e a instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo seus impactos no resultado.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e para as demais empresas não financeiras é de 9% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das Demonstrações contábeis, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas Demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes - São apenas divulgados nas Demonstrações contábeis porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- Provisões - São reconhecidas como passivo nas Demonstrações contábeis porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São reconhecidas como passivo nas Demonstrações contábeis as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 21.

s) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das Demonstrações contábeis.

t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2015 e 2014 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

u) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos revistos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

As operações de avais e fianças honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

u) Participação de não Controladores

A Resolução nº 4.280 de 31 de Outubro de 2013 do BACEN, discorre que na elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial de Instituições Financeiras ou de Assemelhadas as Instituições Financeiras, sem vínculo societário com a Instituição Líder, o patrimônio líquido da consolidada deve ser reclassificado para a conta 6.4.1.10.00-8.

Como o Banco Original S/A é caracterizado como instituição "Líder", de acordo com os critérios estipulados pelo BACEN, é necessário efetuar a consolidação do Banco Original do Agronegócio S/A, conforme solicitado na circular citada acima, contudo um banco não possui participação societária no outro, porém é preciso efetuar o conglomerado prudencial pelo fato de ambas estarem sob uma mesma administração e atuarem no mercado sob mesma marca.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Disponibilidades

Composição	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	21.503	10.271
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	534.942	699.411
Total	556.445	709.682

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				30/06/2015	30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	534.942	-	-	534.942	699.411
Posição Bancada	534.942	-	-	534.942	689.939
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	357.076
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	534.942	-	-	534.942	332.863
Posição Financiada	-	-	-	-	9.472
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	9.472
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.012	-	4.564	6.576	9.369
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	4.564	4.564	4.082
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	176	-	-	176	517
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	1.633	-	-	1.633	4.376
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	203	-	-	203	394
Total	536.954	-	4.564	541.518	708.780
Circulante				536.954	704.698
Longo Prazo				4.564	4.082

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva
a.1.1) Títulos para Negociação

	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.696	34	4.730	941
Ações de Companhias Abertas	33.249	55.677	88.926	41.828
Total	37.945	55.711	93.656	42.769

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	158.163	(366)	157.797	441.024
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	48.816	(1.411)	47.405	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	99.048	(1.962)	97.086	118.275
Aplic. em TVM no Exterior ⁽¹⁾	429.141	(3.109)	426.032	-
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.208	25	3.233	3.405
Total	738.376	(6.823)	731.553	562.704
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	240.468	(2.932)	237.536	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	10.727	(298)	10.429	-
Total	251.195	(3.230)	247.965	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	165.376	(2.295)	163.081	393.654
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	27.909	(609)	27.300	102.595
Total	193.285	(2.904)	190.381	496.249

(1) Os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015		30/06/2014	
					Total	Total	Total	Total
Títulos para Negociação								
Carteira Própria								
Títulos Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.730	-	-	-	4.730		941	
Total Títulos Públicos	4.730	-	-	-	4.730		941	
Títulos Privados								
Ações de Companhias Abertas	88.926	-	-	-	88.926		41.828	
Total Títulos Privados	88.926	-	-	-	88.926		41.828	
Total Títulos para Negociação	93.656	-	-	-	93.656		42.769	
Títulos Disponíveis para Venda								
Carteira Própria								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	126.435	18.548	12.814	157.797		441.024	
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	47.405	47.405		-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	97.086	97.086		118.275	
Aplicação em TVM no exterior	-	243.353	182.679	-	426.032		-	
Total Títulos Públicos	-	369.788	201.227	157.305	728.320		559.299	
Títulos Privados								
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	3.233	-	-	-	3.233		3.405	
Total Títulos Privados	3.233	-	-	-	3.233		3.405	
Total Carteira Própria	96.889	369.788	201.227	157.305	825.209		605.473	
Circulante					667.904		317.829	
Longo Prazo					157.305		287.644	
Vinculados a compromissos de recompra								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	184.997	52.539	-	237.536		-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	10.429	-	10.429		-	
Total	-	184.997	62.968	-	247.965		-	
Circulante					247.965		-	
Longo Prazo					-		-	
Vinculados a prestação de garantias								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	163.081	-	-	163.081		393.654	
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	15.301	11.999	27.300		102.595	
Total	-	163.081	15.301	11.999	190.381		496.249	
Circulante					190.381		274.460	
Longo Prazo					-		221.789	

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038. Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.027	48.923
Rendas de Títulos de Renda Fixa	36.099	12.676
Rendas de Títulos de Renda Variável	28.957	(11.409)
Resultado de Títulos no Exterior	19.934	-
Total	125.017	50.190

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, tais como taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "Var" Paramétrico (*Value at Risk*), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - jun/2015		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	354	2.825	24.224
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	1	4	1
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	2.805	393	140
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	12.283	15.464	7.030
Exposição com Correlação		14.303	16.358	

Carteira Banking - jun/2015		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		27.045	29.975	30.119

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2015			30/06/2014		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	31.644	42.936	2.334.464	4.530	1.415	954.772
Commodities	-	-	-	21	27	842.257
Pré-fixado	3.758	17.699	2.046.526	-	-	-
Dólar	27.886	25.237	287.938	4.509	1.388	112.515
Passivo	(29.614)	(8.367)	(2.334.464)	(1.906)	(2.066)	(954.772)
Commodities	-	-	(4.452)	-	(39)	(842.257)
Pré-fixado	(2.082)	(2.853)	(287.938)	-	-	-
Dólar	(27.532)	(5.514)	(2.040.345)	(1.906)	(2.027)	(112.515)
Euro	-	-	(1.729)	-	-	-
Diferencial Líquido	2.030	34.569	-	2.624	(651)	-
Swap						
Posição Ativa	101.869	97.437	570.256	4.065	2.947	118.066
Dólar	101.269	95.984	442.861	4.005	2.900	116.998
CDI	514	1.385	126.327	-	-	-
IPCA ⁽¹⁾	86	68	1.068	60	47	1.068
Passivo	(2.817)	(2.133)	(570.256)	-	-	(118.066)
Pré-fixado	-	-	(436.231)	-	-	-
Dólar	(2.747)	(1.965)	(121.327)	-	-	(116.998)
CDI	(70)	(168)	(12.698)	-	-	-
IPCA	-	-	-	-	-	(1.068)
Diferencial Líquido	99.052	95.304	-	4.065	2.947	-
Opções						
Posição Ativa	1.956	2.081	19.331.400	-	-	-
Índice DI	1.956	2.081	19.331.400	-	-	-
Diferencial Líquido	1.956	2.081	19.331.400	-	-	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Resumo	30/06/2015			30/06/2014		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Referencial dos Contratos	Valor de mercado	Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	2.030	32.539	34.569	2.334.464	(3.275)	954.772
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	99.052	(3.748)	95.304	570.256	(1.119)	118.066
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	1.956	125	2.081	19.331.400	-	-
Total	103.038	28.916	131.954	22.236.120	(4.394)	1.072.838

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	30/06/2015			30/06/2014		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	24.920	8.648	1.001	34.569	(651)	
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	68.308	26.996	-	95.304	2.947	
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	-	2.081	-	2.081	-	
Total	93.228	37.725	1.001	131.954	2.296	

Valores Referenciais dos Futuros*	30/06/2015			30/06/2014		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
DDI	394.729	208.744	-	603.473	617.388	
DI	863.000	7.512.500	202.000	8.577.500	13.359.000	
Dólar	1.634.038	518.207	-	2.152.245	532.573	
BGI	-	4.304	-	4.304	4.173	
Total	2.891.767	8.243.755	202.000	11.337.522	14.513.134	

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 4.641 passivos (30/06/2014 - R\$ 364), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 190.381 (30/06/2014 - R\$ 496.251) este representado por LTN R\$ 163.081 e NTN R\$ 27.300.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

			01/01 a	01/01 a
	Receita	Despesa	30/06/2015	30/06/2014
NDF	212.832	(721.787)	(508.955)	(2.132)
"Swap"	67.740	(24.241)	43.499	6.198
Opções	404	(1.815)	(1.411)	(298)
DI	8.708	(5.348)	3.360	39.283
DDI	93.300	(23.825)	69.475	8.952
BGI	52	(146)	(94)	211
Moedas	583.232	(187.496)	395.736	18.936
Dólar	-	(472)	(472)	(599)
S&P	-	-	-	(284)
Total	966.268	(965.130)	1.138	70.267

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 1.034 (30/06/2014 - R\$ 3.353) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2015	30/06/2014
Empréstimos e Títulos Descontados	1.340.989	995.126
Adiantamentos a Depositantes	82	32
Empréstimos	1.340.907	995.094
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	385.467	393.996
Capital de Giro	788.709	487.241
Conta Corrente Garantida	151.534	77.862
Empréstimo Consignado	15.035	35.529
Cheque Especial	11	36
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	150	430
Empréstimo rotativo	1	-
Títulos Descontados	43.062	-
Financiamentos	931.518	377.310
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI ⁽²⁾	2.135	4.286
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	929.383	373.024
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	36.307	28.838
Financiamentos Imobiliários	134.760	110.018
Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 9.f)	42.101	-
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	90.405	73.636
Direitos Creditórios (Nota 10.d)	462.347	42.552
Sub-Total	3.081.489	1.627.480
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(106.167)	(69.057)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(4.415)	(1.082)
Total	2.970.907	1.557.341
Circulante	2.335.613	1.219.244
Longo Prazo	635.294	338.097

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

				30/06/2015	30/06/2014
	Parcelas a		Parcelas a	Total	Total
	Vencidas a	Vencer até			
	partir de 15 dias	12 Meses e 14 dias	Acima de 360 dias		
Setor Privado					
Rural	75.009	870.144	265.863	1.211.016	728.606
Indústria	10.481	527.966	218.138	756.585	510.776
Outros Serviços	4.190	827.720	122.122	954.032	352.569
Pessoas Físicas	1.014	10.888	64.147	76.049	35.529
Financeiro	-	83.807	-	83.807	-
Total	90.694	2.320.525	670.270	3.081.489	1.627.480

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	30/06/2015				30/06/2014	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	663.086	22%	42.407	38%	438.890	27%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.031.969	33%	18.410	17%	735.786	45%
100 Maiores Devedores Seguintes	631.148	20%	11.322	10%	362.684	22%
Demais Devedores Seguintes	755.286	25%	38.443	35%	90.120	6%
Total	3.081.489	100%	110.582	100%	1.627.480	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2015. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	30/06/2015				30/06/2014	
	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos		Total	Provisão Requerida	
		Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾			
AA	-	108.379	-	108.379	-	
A	0,5%	1.338.776	-	1.338.776	6.693	
B	1%	1.135.360	13.554	1.148.914	11.489	
C	3%	216.491	98.234	314.725	9.442	
D	10%	20.240	10.662	30.902	3.090	
E	30%	36.279	18.374	54.653	16.396	
F	50%	7.203	2.589	9.792	4.896	
G	70%	3.109	52.798	55.907	39.135	
H	100%	4.667	14.774	19.441	19.441	
Total		2.870.504	210.985	3.081.489	110.582	

Nível de Risco	30/06/2014				30/06/2014	
	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos		Total	Provisão Requerida	
		Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾			
A	0,5%	474.275	-	474.275	2.371	
B	1%	675.090	10.140	685.230	6.852	
C	3%	329.206	20.062	349.268	10.478	
D	10%	35.932	22.799	58.731	5.873	
E	30%	1.327	5.770	7.097	2.129	
F	50%	7.062	9.130	16.192	8.096	
G	70%	4.930	2.897	7.827	5.479	
H	100%	393	28.467	28.860	28.860	
Total		1.528.215	99.265	1.627.480	70.138	

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo Inicial	63.525	68.999
Constituição Líquida de Reversão	54.117	21.441
Baixa para Prejuízo	(11.475)	(21.383)
Saldo Final	106.167	69.057
Circulante	(71.191)	57.183
Longo Prazo	(34.976)	11.874
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	7.276	8.732

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo Inicial	4.276	-
Constituição Líquida de Reversão	139	1.083
Saldo Final (Nota 9.a)	4.415	1.083

No primeiro semestre de 2015 os créditos renegociados são de R\$ 55.216 (30/06/2014 - R\$ 34.649) e a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos é de R\$ 12.090, relativos às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo Inicial	11	101
Constituição Líquida de Reversão	(6)	(70)
Saldo Final ⁽¹⁾	5	31
Circulante		
Longo Prazo		

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação e é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas" (Nota 17).

f) Cessão de Crédito
f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão.

No primeiro semestre de 2015 não tivemos operação de venda ou de transferência de Ativos financeiros (30/06/2014 R\$ 11.703).

Com Retenção Substancial de Risco

O Banco Original realizou operações de Venda ou Transferência de ativos financeiros em que ocorreu a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	30/06/2015	30/06/2014
Carteira cedida com coobrigação	41.033	-
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	1.115	-
Total (Nota 17.b)	42.148	-

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	30/06/2015	30/06/2014
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	42.101	-
Total (Nota 9.a)	42.101	-

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	15	2
Rendas de Empréstimos	120.358	81.893
Rendas de Títulos Descontados	11.008	1.222
Rendas de Financiamentos	185.939	5.135
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 9.e)	7.276	8.732
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(4.823)	(641)
Perdas com créditos incobráveis	(2.778)	-
Total	316.995	96.343

10. Outros Créditos
a) Carteira de Câmbio

	30/06/2015	30/06/2014
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(222)	(124)
Direitos sobre Venda de Câmbio	529	203
Câmbio Comprado a Liquidar	90.071	72.088
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	663	-
Outros	-	455
Total	91.041	72.622
Circulante	91.041	72.622
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	524	200
Obrigações por Compra de Câmbio	89.742	73.219
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	(89.742)	(73.219)
Total	524	200
Circulante	524	200

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 663 e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 89.742 compõe o saldo de R\$ 90.405 divulgado na nota 9.a. Em 30 junho de 2014 os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 455 e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 73.219 compõe o saldo de R\$ 73.636.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Créditos Tributários

	30/06/2015	30/06/2014
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	175.705	182.810
Constituições	53.673	18.802
Reversões	(33.097)	(22.725)
Saldo Final	196.281	178.887
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	13.652	17.774
Constituições	78.938	13.465
Reversões	(56.262)	(15.071)
Saldo Final	36.328	16.168

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 15%).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2015	30/06/2014
Prejuízo Fiscal	232.130	239.403
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	58.033	59.851
Base Negativa de Contribuição Social	236.112	242.937
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	35.417	36.440
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	106.167	69.058
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	4.415	1.082
Provisão para Créditos Cedidos com Coobrigação	5	32
Provisão para Contingências Trabalhistas	23.133	22.437
Provisão para Contingências Cíveis	33.236	29.464
Provisão para Despesas Administrativas	27.154	22.522
Provisão PLR - Administradores	11.888	12.849
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	18.899	15.488
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	9.064	631
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	-	(32)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	665
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(459)	(31)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	808	52
Perdas em Operações de Crédito	21.190	32.997
Outras Diferenças Temporárias	769	7.149
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	255.569	201.514
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	255.569	214.363
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	63.892	50.378
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	38.335	32.154
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	808	52
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	665
Ajuste títulos de outros países	3.109	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	9.064	631
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	12.981	1.348
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	604	63
Total do Ativo Fiscal Diferido	196.281	178.887
Circulante	52.696	32.549
Longo Prazo	143.585	146.338

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2015	30/06/2014
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	84.610	3.821
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	23	636
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(3.935)	(207)
Ajustes Futuro - DI e DDI	264	33.327
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(12)	(1.550)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	80.950	36.027
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	20.238	9.007
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	12.143	5.404
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	84.610	3.821
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	24	636
Ajustes Futuro - DI e DDI	264	33.327
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	84.898	37.784
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	3.948	1.757
Total do Passivo Fiscal Diferido	36.328	16.168
Circulante	36.328	16.168
Longo Prazo	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2015			30/06/2014		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos
2014	-	-	-	32.549	16.168	16.381
2015	52.696	36.328	16.368	39.925	-	39.925
2016	35.151	-	35.151	20.133	-	20.133
2017	33.883	-	33.883	28.984	-	28.984
2018	65.462	-	65.462	46.981	-	46.981
2019	7.068	-	7.068	10.315	-	10.315
A partir de 2020	2.021	-	2.021	-	-	-
Total	196.281	36.328	159.953	178.887	16.168	162.719

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2015, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 159.732 (30/06/2014 - R\$ 142.344).

d) Outros Créditos Diversos

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	13.077	14.830
Devedores por Depósitos em Garantia	10.588	7.978
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.794	1.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.269	2.089
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	6.525	4.490
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽³⁾	462.347	42.552
Valores a Receber	-	3.507
Pagamentos a Ressarcir	1	-
Adiantamentos Salariais/Outros	4.921	2.930
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	837	835
Outros	292	785
Total	492.063	73.417
Circulante	492.063	73.417
Longo Prazo	-	-

(1) Em 30 de junho de 2015, este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à COFINS a compensar, oriundos da incorporação da Ficrisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

(2) O Conglomerado possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

(3) Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 345.669, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 30 de junho de 2014 não tivemos esta operação.

11. Outros Valores e Bens

	30/06/2015	30/06/2014
Bens não de Uso - Imóveis ⁽¹⁾	74.366	74.116
(Provisão para Desvalorização)	(18.899)	(15.488)
Despesas Antecipadas	10.022	6.877
Total	65.489	65.505
Circulante	10.022	6.877
Longo Prazo	55.467	58.628

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2015 o Banco, de forma conservadora, incrementou a provisão para desvalorização no montante de R\$ 3.508. No primeiro semestre de 2014, o Banco fez uma consolidação de imóveis no montante de R\$ 37.064 para quitação de dívidas. Destacamos que não houve impacto no resultado, pois a reversão da PCLD para essa recuperação ocorreu no mesmo período de sua constituição.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Controladas do Banco			
Original Promotora Ltda.	Intermediação	149.985	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	Investimento	99.999	99,99%
Original Asset Management Ltda. ⁽²⁾	Administração de Carteira/ Fundos	3.500.000	99,00%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	Corretora de Seguros	1.000.000	99,90%

Controladas do Conglomerado	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 30/06/2015	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Original Promotora Ltda. ⁽¹⁾	331	14	345	321	14	(1)
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-
Original Asset Management Ltda. ⁽⁴⁾	52.952	1.080	52.423	-	1.069	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	1.060	61	1.061	-	61	-
Coligadas do Conglomerado						
Brasil Agrosec Cia Securitizadora ⁽³⁾	-	-	-	109	-	(177)
Total	54.443	1.155	53.929	530	1.144	(178)

(1) Em fase pré operacional com capital a integralizar.

(2) Investimento adquirido em dezembro de 2014.

(3) Investimento alienado em dezembro de 2014.

(4) Foi realizado aporte de R\$ 50.000 no primeiro semestre de 2015.

13. Imobilizado de Uso

Outras Imobilizações de Uso	30/06/2015		30/06/2014	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	6.932	(1.620)	5.312	3.066
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	88.572	(11.159)	77.413	17.985
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.274	(721)	553	624
Outros	552	(511)	41	70
Total	97.330	(14.011)	83.319	21.745

(1) O aumento refere-se ao desenvolvimento do Projeto Digital.

14. Intangível

Gastos com Desenvolvimento	30/06/2015		30/06/2014	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	212.905	212.905	43.181	43.181
Gastos com Consultoria Especializada	84.276	84.276	9.460	9.460
Total	297.181	297.181	52.641	52.641

O Banco está reconhecendo um intangível referente ao Projeto Digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes. A expectativa que a amortização iniciará é a partir de ano de 2016.

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses
a) Depósitos

Depósitos	30/06/2015				30/06/2014	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	35.117	-	-	-	35.117	28.516
Depósitos Interfinanceiros	-	48.931	-	-	48.931	-
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	259.715	434.196	211.369	905.280	486.362
Total	35.117	308.646	434.196	211.369	989.328	514.878
Circulante					777.959	190.688
Longo Prazo					211.369	324.190

Em 30 de junho de 2015 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 272.514 (30/06/2014 - R\$ 288.409) e CDB no montante de R\$ 632.766 (30/06/2014 - R\$ 197.953).

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 118% do CDI, (30/06/2014 - 95% e 115,50% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 12,49 % a.a. e 16,14 % a.a. (30/06/2014 - 7,84% a.a. e 10,80% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% e 120% do CDI (30/06/2014 - 113% e 120% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

Depósitos Interfinanceiros	01/01 a 30/06/2015		01/01 a 30/06/2014	
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(2.868)	(183)	(47.113)	(24.425)
Captação no Mercado Aberto	(1.839)	(959)	(1.839)	(959)
Despesas de Letras Financeiras	(2.201)	(26)	(2.201)	(26)
Despesa de Letras Imobiliárias	(9.074)	(176)	(9.074)	(176)
Despesas Letras de crédito do Agronegócio	(59.761)	(15.101)	(59.761)	(15.101)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(2.439)	(1.955)	(2.439)	(1.955)
Total	(125.295)	(42.825)	(125.295)	(42.825)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Captações no Mercado Aberto

				30/06/2015	30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	234.901	-	-	234.901	-
Títulos Públicos - LTN	234.901	-	-	234.901	-
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	9.500
Títulos Públicos	-	-	-	-	9.500
Total	234.901	-	-	234.901	9.500
Circulante				234.901	9.500
Longo Prazo				-	-

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				30/06/2015	30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	175.328	672.014	324.667	1.172.009	400.158
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	131.887	31.297	219	163.403	25.287
Letras Financeiras - LF	-	243	77.133	77.376	1.431
Total	307.215	703.554	402.019	1.412.788	426.876
Circulante				1.010.769	395.474
Longo Prazo				402.019	31.402

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 86,21% e 104% do CDI (30/06/2014 - 50% e 103% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 10,91% a.a. e 13,75% (30/06/2014 - 2,88% a.a. e 11,66% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 88% a 103% do CDI (30/06/2014 - 92% e 103%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 108% a 120% do CDI ou 120,16% a 127,49% do IPCA, em 30 junho de 2014, não tínhamos operações com esta natureza.

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 1.210.

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

				30/06/2015	30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	17.224	1.054	-	18.278	6.374
Funcafé - Custeio	-	-	-	-	4.372
Funcafé - Estocagem	2.035	3.997	959	6.991	6.245
Funcafé - Capital de Giro	5.673	2.742	1.279	9.694	11.254
Total	24.932	7.793	2.238	34.963	28.245
Circulante				32.725	24.252
Longo Prazo				2.238	3.993

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

16. Obrigações por empréstimos
a) Obrigações em moeda estrangeira

				30/06/2015	30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	24.846	4.729	-	29.575	15.480
Obrigações para empréstimos no exterior	353.842	217.102	-	570.944	-
Total	378.688	221.831	-	600.519	15.480
Circulante				600.519	15.480
Longo Prazo				-	-

O Conglomerado realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 0,7% a.a. à 1,88% a.a. As aplicações em TVM no exterior, na sua totalidade, foram dadas em garantia dessa operação.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outras Obrigações
a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Recolher	8.998	6.178
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	851	248
Impostos e Contribuições sobre Salários	5.270	3.897
Outros	2.877	2.033
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	16.046	17.496
Provisão para Imposto de Renda	9.916	11.342
Provisão para Contribuição Social	6.130	6.154
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	36.328	16.168
Total	61.372	39.842
Circulante	61.372	39.842
Longo Prazo	-	-

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1)	23.133	22.437
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2)	33.236	31.964
Provisão para Outros Créditos (Nota 9.e)	5	1.082
Provisão para Pagamentos a Efetuar	59.404	51.508
Despesas de Pessoal	57.484	44.452
Outras Despesas Administrativas	80	866
Outros Pagamentos	1.840	6.190
Consignados	690	487
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	14.261	13.198
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	513	-
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	2.145	9.334
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	20
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Cessão de Crédito com Coobrigação	42.148	-
Credores Diversos - Exterior/País	468	3.875
Total	176.103	134.005
Circulante	176.103	79.604
Longo Prazo	-	54.401

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões
a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

b) Provisões e Passivos Contingentes
b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que são devidos. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2015	30/06/2014
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	23.600	22.348
Constituição	2.383	89
Atualização Monetária	506	-
Reversão	(3.356)	-
Saldo Final	23.133	22.437

Para os processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.269 (30/06/2014 - R\$ 2.089).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

No quarto trimestre de 2014, ocorreu uma mudança de metodologia, pela qual o Conglomerado passou a contabilizar as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados, deixando de contabilizar a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio para todas as causas cíveis. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	28.594	26.726
Constituição Líquida de Reversão	4.642	5.238
Saldo Final	33.236	31.964

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.525 (30/06/2014 - R\$ 4.490).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Em 30 de junho de 2015 e 2014 o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Processos Trabalhistas	5.085	146
Processos Cíveis	32.443	29.978
Total	37.528	30.124

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 30 de junho de 2015, o capital social de R\$2.103.451 (2014 - R\$2.080.301) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2015			30/06/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.027.362	76.089	2.103.451	2.004.212	76.089	2.080.301
Total	2.027.362	76.089	2.103.451	2.004.212	76.089	2.080.301

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 30 de junho de 2015, o capital social de R\$ 104.015 (30/06/2014 - R\$104.015) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2015		30/06/2014	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	104.014	104.014	104.014	104.014
Total	104.014	104.014	104.014	104.014

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2014 foi aprovado o aumento de capital social da Conglomerado no valor de R\$ 23.150, mediante a capitalização do JCP e distribuição do lucro, passando a R\$ 2.207.466 (30/06/2014 - R\$ 2.184.314), após a homologação do BACEN em 13 de fevereiro de 2015, sem a emissão de novas ações.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por LTN e NTN cujo montante é de R\$ (8.612), (30/06/2014 - R\$ 3).

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva de Lucros

Em 30 de junho de 2015 não foi constituída Reserva. Em 31 de dezembro de 2014 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.736 (30/06/2014 - R\$ 2.425), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente.

c.2) Reserva Estatutária

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não houve constituição de reserva estatutária.

d) JCP e Dividendos

Banco Original do Agronegócio S.A.

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram deliberados JCP e Dividendos.

Banco Original S.A.

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram deliberados JCP e Dividendos.

e) Participação de não Controladores

Banco Original do Agronegócio S.A.

O montante representado pela Participação de não Controladores corresponde a R\$ 104.884 (30/06/2014 - R\$106.804).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 30 de junho de 2015 e 2014 o Banco encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	30/06/2015	30/06/2014
Patrimônio de Referência Nível I	1.987.285	2.033.285
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.987.285	2.033.285
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	5.690.878	842.610
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	4.403.678	249.718
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	788.953	528.742
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	498.247	64.150
Índice de Basileia III e II	34,9	26,5

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas
a) Benefícios Pós-Emprego

O Conglomerado não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2015 e 2014:

	30/06/2015				30/06/2014	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

	30/06/2015				30/06/2014	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original do Agronegócio S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações Ltda. (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%	100.000.000	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2015 e 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	88.925	41.828	55.676	-
JBS S.A. (JBS)	88.925	41.828	55.676	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	837	835	-	-
J&F Participações Ltda.	835	835	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	2	-	-	-
Depósito a Vista	(1.737)	(58)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(1.571)	(14)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(7)	(6)	-	-
Original Promotora Ltda.	(7)	-	-	-
J&F Participações Ltda.	(70)	(2)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(52)	(3)	-	-
Promotora	(1)	-	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	-	(1)	-	-
Matone Promotora Ltda.	-	(3)	-	-
Depósito a Prazo	(16.988)	(104.374)	(1.198)	(79)
Original Promotora Ltda.	(334)	(302)	(37)	(2)
Promotora	(5.491)	(3.767)	(160)	(71)
J&F Investimentos S.A.	(75)	(99.053)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(10.317)	-	(997)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(677)	(1.210)	(3)	(3)
Outros	(94)	(42)	(1)	(3)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.440)	(2.432)	(116)	(5)
Matone Promotora Ltda.	-	(1.036)	-	(5)
Henrique Meirelles e Associados	(38)	-	(3)	-
Outros ⁽¹⁾	(1.402)	(1.396)	(113)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(20)	-	-
Matone Promotora Ltda.	-	(20)	-	-

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

22. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Operações de Crédito	-	11
Cobrança e Arrecadações	667	522
Tarifas e serviços bancários	14	-
Rendas De Garantias Prestadas	2.267	258
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	12.029	3.742
Serviço de recebimento e envio de valores	3.027	1.500
Outras	265	110
Total	18.269	6.143

23. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Remuneração	(34.502)	(33.376)
Encargos	(9.545)	(9.463)
Benefícios	(4.785)	(3.258)
Outras	(340)	(463)
Total	(49.172)	(46.560)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(10.574)	(9.089)
Depreciações e Amortizações	(1.122)	(1.529)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(4.079)	(1.762)
Comunicações	(598)	(491)
Processamento de Dados	(9.300)	(6.091)
Aluguéis	(3.957)	(4.537)
Transportes e Viagens	(1.828)	(1.250)
Serviços de Vigilância e Segurança	(783)	(25)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.300)	(472)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(3.847)	(2.271)
Água, Energia e Gás	(540)	(281)
Material	(304)	(252)
Provisão para desvalorização de BNDU (Nota 11)	(3.508)	-
Outras	(4.340)	(3.256)
Total	(46.080)	(31.306)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com CETIP e Bolsa.

25. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Despesa com COFINS	(10.527)	(6.808)
Despesa com ISS	(902)	(308)
Despesa com PIS/Pasep	(1.711)	(1.106)
Tributos Municipais	(387)	(1.148)
Outras	(707)	(161)
Total	(14.234)	(9.531)

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Atualização de Depósitos Judiciais	474	9
Atualização de Impostos a Compensar	1.025	229
Recuperação de Encargos e Despesas	865	25
Juros recebidos	-	1.987
Reversão de Provisões Operacionais	570	560
Reversão de Provisões Trabalhistas	483	-
Outras	170	21
Total	3.587	2.831

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Provisões Operacionais	(4.658)	(6.291)
Trabalhistas	(16)	(658)
Cíveis	(4.642)	(5.633)
Outras	-	(91)
Indenizações Trabalhistas	(2.954)	-
Perdas em Renegociações de Dívidas	-	(3.239)
Outras	-	(210)
Total	(7.612)	(9.831)

28. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Resultado na Alienação de Investimentos	-	2
Perda do Valor Recuperável ativos não financeiros	-	(857)
Outras Receitas/(Despesas)	97	-
Total	97	(855)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	71.375	44.470
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.144)	178
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(21.285)	2.586
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(35.554)	9.585
Base de cálculo - CSLL	48.946	47.234
Base de cálculo - IRPJ	34.677	54.233
CSLL - 15%	(7.342)	(7.085)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(8.360)	(13.224)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.702)	(20.309)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(15.702)	(20.309)

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas.

A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's – Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Conglomerado como um todo.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Conglomerado e suportam o planejamento de liquidez da Instituição.

As principais variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados à obrigação.

No caso particular em que o cliente é a contraparte do Conglomerado em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Conglomerado, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

31. Outras Informações**a. Garantias Prestadas**

Em 30 de junho de 2015, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$ 288.156 (30/06/2014 - R\$90.623), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários; e coobrigação em cessões de créditos, em R\$ 154 (30/06/2014 - R\$ 929), pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 1.226 (30/06/2014 - R\$ 731).

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2015, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 3.515 (30/06/2014 - R\$ 12.356), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 61 (30/06/2014 - R\$ 483). A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de junho de 2015, o Conglomerado atende todos os índices financeiros.

e) Informações Suplementares

Publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2015, a Medida Provisória nº 675 majorou a alíquota da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para as instituições financeiras de 15% para 20%, vigorando a partir de 1º de setembro de 2015.

Considerando-se que o Crédito Tributário constituído com base nas diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes tributários efetuados nas instituições que compõem o Conglomerado Original, são de longo prazo e consequentemente serão realizados na vigência da nova alíquota, calculamos qual seria este efeito com base nos saldos em 30 de junho de 2015, cujo resultado foi o aumento do Crédito Tributário em R\$ 20.537 MM, assim demonstrado:

Descrição	Conglomerado
Base de Cálculo	410.732
Crédito Tributário à Alíquota de 15%	61.610
Crédito Tributário à Alíquota de 20%	82.147
Diferença a constituir	20.537

Os valores acima mencionados não são parte integrante do resultado encerrado em 30 de junho de 2015 e somente poderão ser reconhecidos a partir de 1º de setembro de 2015, considerando-se a hipótese da MP nº 675/15 ser aprovada pelo Congresso Nacional.
